



OBSERVADOR RURAL

Nº 145

Junho 2024

**UMA FRAUDE CHAMADA ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO?
REPRODUÇÃO DE DIFERENTES NÍVEIS DA CIDADANIA
E COMPROMETIMENTO DE UM PROJECTO
DE UNIDADE NACIONAL**

João Feijó e Neuza Balane

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento.

UMA FRAUDE CHAMADA ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO? REPRODUÇÃO DE DIFERENTES NÍVEIS DA CIDADANIA E COMPROMETIMENTO DE UM PROJECTO DE UNIDADE NACIONAL

João Feijó e Neuza Balane

RESUMO

A partir de um conjunto de dados estatísticos e de observações realizadas em cinco distritos no Norte e Sul de Moçambique, neste texto pretende-se avaliar as características do parque escolar em Moçambique e as competências dos estudantes do ensino primário. Os resultados demonstram, não só, as precárias condições de ensino e de aprendizagem, mas também, a existência de assimetrias significativas entre o Norte e o Sul do país, entre zonas rurais e urbanas e, sobretudo, entre ensino público e privado. Constataram-se elevados índices de absentismo de professores e estudantes, e de desistência escolar. O texto demonstra que o sistema de ensino está a ser responsável pela reprodução de cidadanias desiguais, marginalizando grande parte da população rural do país, incluindo em zonas de penetração de grandes projectos económicos. Trata-se de um fenómeno que reproduz assimetrias sócio-espaciais, constituindo fonte de instabilidade e um entrave ao difícil projecto de unidade nacional.

INTRODUÇÃO

Num cenário de modernização capitalista e de aumento das exigências no mercado de trabalho, no final do período colonial, assistia-se, em Moçambique, a um alargamento das oportunidades de ensino para as populações locais, nomeadamente através de escolas técnico-profissionais. Contudo, o grande investimento público e privado na educação era dirigido para áreas de concentração de populações europeias, continuando o grosso da população rural africana dependente de um ensino rudimentar nas missões, com o objectivo de ensinar, essencialmente, a ler, escrever e contar. No pós-independência, as iniciativas de nacionalização do sistema de ensino tiveram o objectivo de combater os processos de reprodução das desigualdades através da educação. Já na década de 1990, à medida que os cortes orçamentais e a pressão demográfica reduziam os recursos disponíveis para o ensino público, consolidou-se, nas principais cidades moçambicanas, um mercado de ensino primário, a que recorrem as famílias das classes mais privilegiadas. O presente texto tem como objectivo caracterizar os recursos educativos existentes em Moçambique ao nível da instrução primária e analisar os níveis de aprendizagem dos estudantes da 6ª classe, distinguindo distritos do Norte, centro e Sul do país, urbanos e rurais, do ensino público e privado. Trata-se de aferir até que ponto os diferentes recursos afectos ao ensino primário tendem a recriar um sistema de desigualdades na educação semelhante ao praticado no período colonial.

1. EDUCAÇÃO PARA TODOS, QUALIDADE PARA ALGUNS – UMA TENDÊNCIA DE LONGA DURAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO EM MOÇAMBIQUE

Ao longo do século XX, o investimento colonial no sector da educação esteve, sobretudo, concentrado nos grandes aglomerados urbanos, de maior concentração de população branca (Hedges, 1999: 176; Newitt, 1995: 383). Em 1961, existiam três liceus na capital do país, um na Beira, um em Nampula e outro em Inhambane. O Estado Novo não tinha como política prioritária a aposta na formação avançada dos recursos humanos do país. Durante as décadas de 1930 e

1940, o sistema educativo tinha o principal objectivo de ensinar as crianças a "*ler, escrever e contar*", bem como de veicular todo um conjunto de valores, como a fé, o nacionalismo ou a família, expressos no famoso slogan "*Deus, Pátria e Família*". Nas zonas rurais, o desenvolvimento do sistema de ensino esteve quase sempre suportado pelas missões da Igreja, e no âmbito do ensino primário. A partir de finais da década de 1950, na sequência do aumento da industrialização e da necessidade de qualificação das populações, são criadas escolas técnicas. A modernização capitalista alargava as oportunidades de ensino às classes mais periféricas do sistema colonial no ensino técnico, enquanto os alunos mais favorecidos tendiam a ser matriculados nos liceus.

Após a independência, o projecto socialista nacionalizou todas as escolas privadas, geralmente administradas por organizações religiosas cristãs, investindo fortemente em campanhas de alfabetização e promovendo o alargamento de oportunidades no acesso à educação. Através da educação previa-se a construção de um *Homem Novo*, inspirado nos valores do partido revolucionário e na experiência nas zonas libertadas. O projecto socialista visava a erradicação de qualquer forma de segregação social (Machel, 1979). O início e alastramento da guerra civil teve um profundo impacto sobre o sistema educativo. Pelo seu papel difusor da ideologia governamental, as escolas e os professores constituíram alvos privilegiados pela Renamo e muitas crianças em idade escolar foram forçosamente mobilizadas para o reforço de guerra. Por outro lado, a implementação do Plano de Ajustamento Estrutural, e os consequentes cortes orçamentais e políticas de desvalorização do metical, tiveram um impacto negativo nos recursos disponibilizados para a educação, assim como na diminuição do salário real dos professores e transferência para outros sectores. As elevadas taxas de fecundidade e tentativas de alargamento do acesso ao ensino colocaram uma forte pressão sobre um sistema de ensino desprovido de recursos materiais e humanos. Na sequência da abertura à economia de mercado e retirando partido da existência de inúmeros quadros estrangeiros, começa a emergir um conjunto de escolas privadas, cobrando propinas de valor relativamente elevado e com capacidade de atrair melhores profissionais. Nas décadas seguintes e até à actualidade, as escolas privadas não pararam de crescer, desde o ensino pré-escolar ao universitário, tirando partido da fragilidade do Estado em alargar a oferta educativa e do crescimento das classes médias urbanas. Actualmente, existem 266 escolas primárias privadas em Moçambique, concentradas nos centros urbanos, representando 2,1% das escolas em Moçambique (MINEDH, 2022).

Ao longo da última década, Moçambique tem dedicado ao sector da educação, em média, 17,2% por ano do Orçamento Geral do Estado (CGE, 2022:48), o que representa cerca de 6,2% do PIB. Este esforço financeiro traduziu-se num aumento do acesso à educação dos primeiros anos do ensino primário, confirmado pelos dados do Ministério da Educação (MINEDH, 2022). Contudo, 90% do orçamento do sector é alocado para salários e despesas de funcionamento, sobrando uma pequena margem para investimento em escolas e aquisição de equipamentos pedagógicos para melhoria da aprendizagem (World Bank, 2016).

Na última década, diversos estudos analisaram a qualidade no ensino primário em Moçambique, entre os quais o Service Delivery Indicators Survey (SDI)¹ e o Aprender a Ler (ApaL)². Estes estudos analisam, fundamentalmente, o primeiro ciclo do ensino primário a partir de um conjunto de indicadores de qualidade, relacionados com infra-estruturas escolares, índices de aproveitamento dos alunos, competências de professores, taxas de absentismo e de desistência escolar. De uma forma geral, estas análises têm traçado um cenário preocupante do sector.

Em relação às infra-estruturas escolares, os resultados do SDI de 2018 mostram que 68% das salas de aula detinham o equipamento mínimo para apoio ao ensino, nomeadamente quadro negro e giz, canetas e livros de exercícios da 4ª classe. Contudo, esta percentagem esconde consideráveis desequilíbrios regionais, com apenas 49% das escolas do Norte a dispor de equipamento mínimo. Não obstante a construção de centenas de salas de aula pelo país, em 2018 mais de 3,5 milhões de crianças estavam privadas de infra-estruturas básicas para aprendizagem (Bassi, Medina e Nhampossa, 2019: 20), número agravado pela destruição massiva causada pelos ciclones Idai e Kenneth. A maioria dos alunos (69%) tinha livros didácticos, sendo que o Norte do país apresentava valores mais reduzidos (60%) (Bassi, Medina e Nhampossa, 2019:20). Mais de 10% das escolas não dispunha de instalações sanitárias e, quando disponíveis, a qualidade das infra-estruturas e nível de limpeza eram precários. A ausência de sanitários afecta principalmente as raparigas, aumentando o risco de abandono escolar.

Os resultados do SDI constatarem elevadas taxas de absentismo entre professores. Mais de um quarto dos professores (28,4%) estava ausente da escola durante a visita não anunciada. Os níveis de absentismo no Norte do país eram quase duas vezes mais elevados que no Sul. O absentismo dos alunos é também elevado, rondando 45,8%, significando que, em média, um estudante moçambicano perde mais de 2 dias inteiros de aula por semana. Uma vez mais, a situação era particularmente mais grave no Norte (58,5%) e Centro (50,9%) que no Sul (16,3%) (Bassi, Medina e Nhampossa, 2019: 11-12). Elevadas taxas de absentismo de alunos foram também identificadas no relatório do ApaL, constatando-se, entre os alunos da 2ª e 3ª classe, taxas de absentismo de 61% entre os rapazes e 56% entre as raparigas (Raupp, 2016: 29-30). Nas escolas das zonas urbanas, os alunos da 3ª classe compareceram, em média, 13.3 em 20 dias possíveis na escola e, nas zonas rurais, apenas 9 dias (Raupp, 2016: 50).

Estes fenómenos traduziram-se em baixos níveis de retenção escolar e em baixos níveis de aprendizagem em todo o país. No estudo do SDI, os alunos pontuaram 31,4 (em 100) na avaliação de matemática e 31,2 (em 100) na língua portuguesa, resultados bem abaixo de países da região, como Tanzânia e Madagáscar. As disparidades dentro do país foram evidentes. Os estudantes no Sul de Moçambique apresentaram, em média, 30 pontos percentuais acima na prova de português da pontuação dos alunos no Centro e quase 35 pontos percentuais acima da pontuação dos estudantes no Norte. Da mesma forma, na língua portuguesa, os rapazes atingiam,

¹ O Service Delivery Indicators Survey (SDI) analisa o desempenho do sector da educação, avaliando a qualidade da prestação de serviços a nível escolar. Promovido pelo Banco Mundial, o estudo foi implementado em 2014 em nove países africanos, incluindo em Moçambique. O mesmo estudo foi repetido em 2018, analisando uma amostra de 337 escolas públicas, versando um conjunto de indicadores relacionados, não só, com a disponibilização de infra-estruturas e recursos pedagógicos, mas também, níveis de absentismo e competências detidas pelo corpo docente e discente.

² O projecto Aprender a Ler (ApaL) foi financiado pela USAID e implementado em colaboração com o MINEDH, nas províncias da Zambézia e Nampula, entre os anos 2012 e 2014. O projecto tinha como objectivo avaliar e contribuir para a melhoria das competências de leitura dos alunos do primeiro ciclo do ensino primário, nomeadamente nas 2ª e 3ª classes.

em média, 6 pontos percentuais acima das raparigas, e 4% na matemática. Os resultados inverteram-se no Sul do país, onde as raparigas obtiveram mais 7 pontos percentuais que os rapazes na língua portuguesa.

Menos de metade dos alunos da 4ª classe conseguiam identificar correctamente uma palavra e menos de 1 em cada 5 conseguia ler um simples parágrafo. Em matemática, apenas 6 em cada 10 alunos conseguiram realizar uma adição básica de um dígito e apenas um terço dos alunos pode fazer uma subtracção de um dígito (Bassi, Medina e Nhampossa: 2019: 6-8).

Enormes dificuldades de leitura estão também registadas no relatório do ApaL. Nas escolas beneficiárias do programa de apoio à leitura, apenas 10,8% dos estudantes da 3ª classe conseguiam ler mais do que 20 palavras correctas por minuto, sendo que essa percentagem diminuía para 5,5% entre os alunos que não beneficiaram do programa (Raupp, 2016: 4-10). O ApaL mostrou que 42% dos alunos da segunda classe não foram capazes de ler uma única palavra ao longo de um minuto, reduzindo para 27% entre os estudantes da 3ª classe (Collins e Messaoud-Galusi, 2012). O desempenho dos rapazes foi ligeiramente melhor que o das raparigas.

No estudo do SDI, o domínio dos conteúdos programáticos por parte dos professores também apresentou lacunas. Nos testes realizados, a média geral foi de 43 (em 100) na matemática e 41 (em 100) em português. Em média, os professores dominam apenas cerca de 40% do conteúdo que deveriam ensinar aos seus alunos. As disparidades regionais são evidentes, constatando-se que, em média, no Sul, um professor obtém 17 pontos percentuais acima de um professor no Norte do país (Bassi, Medina e Nhampossa, 2019: 11-12).

Os níveis de desistência escolar são bastante elevados. Menos de metade das crianças que iniciam a escola primária conclui esse nível de ensino e, os que terminam, não apreendem as competências esperadas. Acresce que 17% de todos os alunos da escola primária constituem adolescentes, com idades entre os 13 e os 18 anos (UNICEF, 2021:13-6), que deveriam estar a frequentar os níveis de ensino posteriores, levantando questões sobre a capacidade de o sistema se adaptar a adolescentes na escola primária.

2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA DO ESTUDO EMPÍRICO

O presente estudo tem como objectivo analisar a qualidade das infra-estruturas de educação no ensino primário em escolas moçambicanas, procurando aferir níveis de aprendizagem entre o corpo discente. O estudo resulta da análise de dados secundários, fornecidos pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, relacionados com o número de salas de aula (precárias ou convencionais), número de turmas por classe, total de carteiras, de alunos e de professores e respectiva categoria profissional.

Paralelamente, foi realizada observação em 23 escolas públicas, localizadas nos distritos de Chiúre (6), Inhassoro (7), Panda (4), Magude (4), assim como no distrito urbano de Kalhamankulu (2) na Cidade de Maputo. Por forma a compreender a diversidade da oferta educativa existente em Moçambique, observou-se também uma escola privada localizada no distrito urbano de Kampfumu, na capital do país. Excepto em Kalhamankulu, a escolha das restantes escolas foi indicada pelos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT), em função das características apresentadas pelo investigador (estar a pelo menos 30 km de um centro urbano ou de uma estrada principal). A observação tinha como enfoque o parque imobiliário,

nomeadamente salas de aula, blocos administrativos e sanitários, e a presença e comportamento de professores e alunos.

Sob conhecimento e autorização dos respectivos directores de escola e respectivo corpo discente, foi aplicado um teste de proficiência linguística baseado na ferramenta de avaliação das classes iniciais, o Early Grade Reading Assessment³ (EGRA), e um teste de cálculo aritmético e de áreas, baseado em enunciados de exames nacionais da 5ª classe, dos anos de 2020 e 2021. A amostra foi de 330 alunos da 6ª classe, distribuídos por escolas primárias públicas localizadas nos distritos de Chiúre (60 estudantes), Inhassoro (60), Panda (60), Magude (60), Nhamankulu (60), e numa escola primária privada localizada em Maputo Cidade (30 alunos).

Com o objectivo de avaliar as competências de proficiência linguística e de cálculo aritmético do corpo discente, procurou-se constituir uma amostra heterogénea, não necessariamente representativa da realidade nacional, mas, de alguma forma, representativa da variedade do país incluindo-se zonas no Norte e Sul, próximas de grandes projectos extractivos (em Inhassoro) ou sem grande investimento público (Chiúre), estabelecimentos públicos e uma privada. O critério de selecção dos alunos destas escolas foi por conveniência, ou seja, aqueles que se mostraram disponíveis para realização dos testes de conhecimento. Finalmente, foram entrevistados diversos profissionais do sector, entre técnicos das Direcções Provinciais e Distritais da Educação, Directores de Escola e professores do ensino público e privado.

3. CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR EM MOÇAMBIQUE

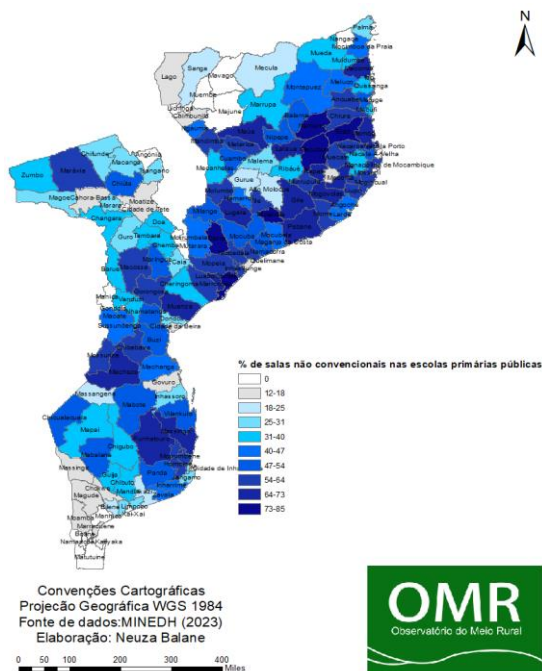
Por parque escolar entende-se todos os edifícios e equipamentos disponibilizados ao serviço do ensino, nomeadamente salas de aula, gabinetes, mobiliário, bibliotecas, equipamentos pedagógicos e sanitários.

a) Salas de aula e carteiras escolares

A partir dos dados fornecidos pelo MINEDH, constata-se que 41% do parque escolar de Moçambique para o ensino primário é constituído por salas não-convencionais. Trata-se de salas construídas com materiais precários (caniço ou pau a pique), incluindo aquelas ao ar livre a funcionar, geralmente, debaixo de árvore. O mapa 1 mostra que a incidência de salas não-convencionais é particularmente elevada no Centro e Norte do país, nomeadamente em distritos da província da Zambézia, como Derre (81%), Mulevala (79%) e Pebane (72%). As taxas também são particularmente elevadas no Nordeste do país, com destaque para Mecuburi (84%), Eráti (75%), na província de Nampula; em Namuno (78%), Macomia (70%) e Chiure (63%), na província de Cabo Delgado. No Sul do país, destaca-se a costa da província de Inhambane, nomeadamente nos distritos de Massinga (74%), Funhalouro (68%) ou Morrumbene (61%). No mapa 1 observa-se o elevado contraste entre os distritos rurais e os principais centros urbanos. Nas capitais provinciais, a recorrência a materiais não-convencionais apresenta níveis residuais.

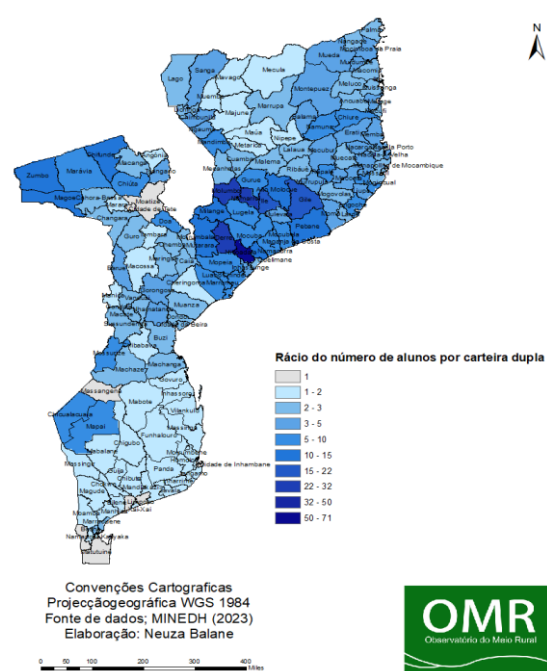
³ O Early Grade Reading Assessment (EGRA) constitui um teste de avaliação de competências aprendidas no ensino primário ao nível da leitura e que tem vindo a ser utilizado pela USAID em vários países africanos e na Ásia e Médio Oriente. Para mais informação, consultar o site <https://earlygradereadingbarometer.org/>

Mapa 1: Percentagem de salas de aula não-conventionais nas escolas primárias públicas, por distrito



Fonte: MINEDH (2023)

Mapa 2: Rácio de alunos por carteira dupla em escolas primárias públicas, por distrito



Fonte: MINEDH (2023)

O défice de carteiras escolares no ensino primário público constitui também uma realidade, sendo a média nacional de 1 carteira para 3,7 alunos. O mapa 2 revela que a falta de carteiras é particularmente evidente no centro do país, na província da Zambézia, nomeadamente no distrito de Nicoadala, onde o rácio é de uma carteira para 71 alunos, mas também em Molumbo (26,8), Derre (22,8) e Ile (17,4). Na província de Tete, este rácio apresenta-se também com valores elevados, sobretudo nos distritos de Chifunde (14), Zumbo (12) e Magoé (11). O rácio de alunos por carteira apresenta também valores elevados em todo o Nordeste do país, nomeadamente nas províncias de Nampula e de Cabo Delgado.

A observação no terreno permitiu confirmar os dados estatísticos. As salas apresentavam frequentemente uma estrutura precária, construídas com materiais locais (pau a pique, capim, caniço, tijolo queimado) e assentes em terra batida. Constatou-se falta de equipamentos pedagógicos (mapas, cartazes pedagógicos, quadro de parede, secretária para professores) e, quando existiam, estavam muito degradados (quadros partidos ou desgastados para escrever a giz, aguardando reposição, carteiras desgastadas e sem manutenção, etc.). A degradação do parque escolar em muitas escolas públicas (foto 1) contrasta com a sala de aulas no ensino privado visitada na cidade de Maputo, devidamente climatizada e com carteiras para todos os estudantes (foto 3).

Foto 1: Sala de aulas com estudantes sentados em bancos improvisados com estacas, no distrito de Chiure



Foto: Neuza Balane

Foto 2: Sala de aulas no corredor do bloco administrativo, com alunos sentados durante a prova, no distrito de Magude.



Foto: Neuza Balane

Foto 3: Sala de aulas climatizada com carteiras individuais, numa escola privada, no distrito de Kampfumu, Maputo



Foto: Neuza Balane

b) Caracterização dos blocos administrativos

Em 14 das 23 escolas visitadas (61%) observou-se que os blocos administrativos são, geralmente, constituídos por secretaria, sala de professores e gabinete do director. Quando existiam, mais de metade destes blocos administrativos apresentava uma estrutura precária, construída com materiais não-convencionais, por vezes equipadas com mesas de construção local. Excepto na escola do Nhamankulu (onde existe um computador para uso dos funcionários num bloco administrativo), em mais nenhuma escola pública foi observado qualquer material informático. O ambiente precário para o trabalho dos funcionários do ensino público (fotos 4 e 5) contrasta com os gabinetes da escola privada visitada na Cidade de Maputo, onde existe uma boa luminosidade, climatização, acesso a meios informáticos e internet (foto 6).

Foto 4: Bloco administrativo numa escola primária pública, no distrito de Magude



Foto: Neuza Balane

Foto 5: Gabinete do Director, numa escola primária em Inhassoro



Foto: Neuza Balane

Foto 6: Gabinete do Director Pedagógico, numa escola privada em Maputo cidade

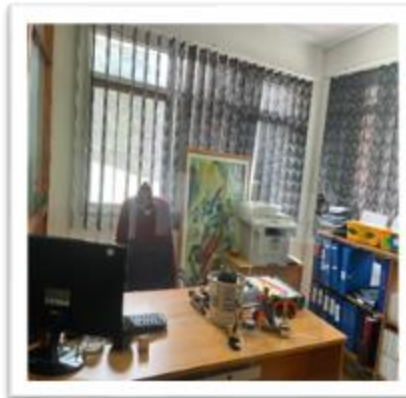


Foto: Neuza Balane

c) Bibliotecas e laboratórios

Das 23 escolas públicas visitadas, apenas uma dispunha de espaço para biblioteca, numa despensa de dois metros quadrados, com um acervo de cerca de 200 manuais escolares da primeira à sexta classe, empilhados no chão, divididos por classes e áreas disciplinares, e usados pelos alunos no período lectivo.

A informação disponibilizada pelo MINEDH não apresenta dados sobre o parque escolar do ensino privado. No entanto, através da observação realizada numa escola privada em Maputo, foi possível verificar que a escola dispõe de sala de informática e biblioteca, assim como laboratório de biologia e outras ciências, existindo coordenação pedagógica activa para utilização dessas valências escolares.

Foto 7: Única escola pública visitada com biblioteca, no distrito de Magde



Foto: Neuza Balane

Foto 8: Biblioteca em escola privada na cidade de Maputo



Foto: Neuza Balane

Foto 9: Laboratório em escola privada na cidade de Maputo



Foto: Neuza Balane

d) Existência de Sanitários

Das 23 escolas públicas visitadas, em apenas 11 (47%) se verificou acesso a água nas proximidades do recinto escolar, geralmente através de furos com bomba manual e de utilização comunitária, instaladas nas proximidades do recinto escolar. Em 5 escolas (21%) ou nas respectivas áreas adjacentes observou-se acesso a água canalizada, puxada para o tanque por electrobomba movida a energia solar ou da rede pública. Trata-se, geralmente, de sistemas financiados por projectos de desenvolvimento comunitário.

Das 23 escolas públicas visitadas, em 16 (69%) observaram-se sanitários (latrinas não melhoradas) construídos em alvenaria (em 6 escolas) ou em capim. As meninas tendem a utilizar as latrinas, enquanto os rapazes tendem a recorrer ao ar livre. Nenhum sanitário dispunha de água e apenas numa escola primária existia um reservatório específico para higienização das mãos, mas sem sabão.

Em claro contraste, a escola privada analisada destacou-se particularmente pelos sanitários, os únicos com loiça sanitária e com água canalizada para autoclismo e higienização das mãos (imagem 8). A escola dispõe de técnicos de limpeza que asseguram a permanente limpeza das instalações. A escola em questão distinguiu-se, também, pela existência de uma ala feminina e uma masculina.

Foto 10: Sanitário em escola pública, no distrito de Magude



Foto: Neuza Balane

Foto 11: Sanitário em escola privada, no distrito Kampfumu



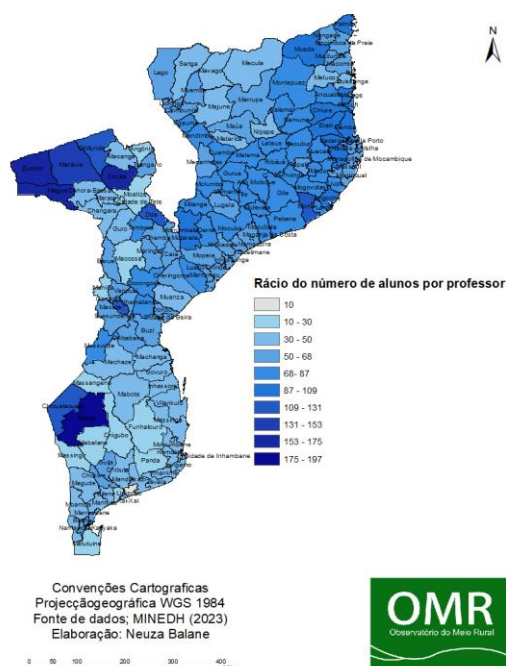
Foto: Neuza Balane

4. CORPO DOCENTE E RÁCIO DE ALUNOS POR PROFESSOR

De acordo com os dados disponibilizados pelo MINEDH (2022), o rácio de alunos por professor é claramente mais elevado no planalto e Oeste de Tete e no interior de Gaza, com rácios que chegam a atingir 171 alunos por professor (no distrito de Zumbo) e 196 alunos por professor (no distrito de Mapai). Em segundo lugar, registam-se níveis maiores no litoral Norte do país, como em Moma (109,7), Pemba (104,4) e Palma (104,3).

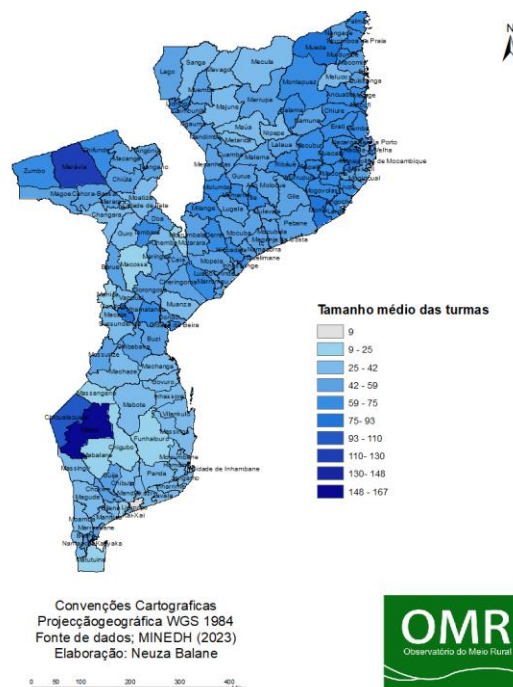
Os menores rácios de aluno por professor são encontrados em distritos da província de Gaza e Inhambane (entre 23 e 45 alunos por professor), incluindo em Kampfumu (36,6). O rácio médio de alunos por professor nas capitais provinciais do país (55,8) é ligeiramente inferior ao rácio médio nacional (64,2). Não obstante, nas grandes cidades do Norte e Centro do país – nomeadamente em Pemba (104,4), Nampula (72,4) e Quelimane (70,6) – não deixam de se registar elevados rácios de aluno por professor (ver mapa 3).

Mapa 3: *Rácio de aluno por professor no ensino primário público, por distrito*



Fonte: MINEDH (2023)

Mapa 4: *Média de alunos por turma do ensino primário público, por distrito*



Fonte: MINEDH (2023)

O mapa 4 permite demonstrar que o número médio de alunos por turma é maior no Norte do país que no Sul. Nas províncias de Cabo Delgado e Nampula, destacam-se os distritos de Pemba (90), Mueda (77), Nacala Porto (75) e Monapo (76). Registam-se também turmas numerosas em alguns distritos do Norte da província de Tete e interior de Gaza, nomeadamente em Marávia (125), Mapai (167) e Chicualacuala (93). O número médio de alunos por turma nas capitais provinciais (60,9) é inferior à média nacional (53).

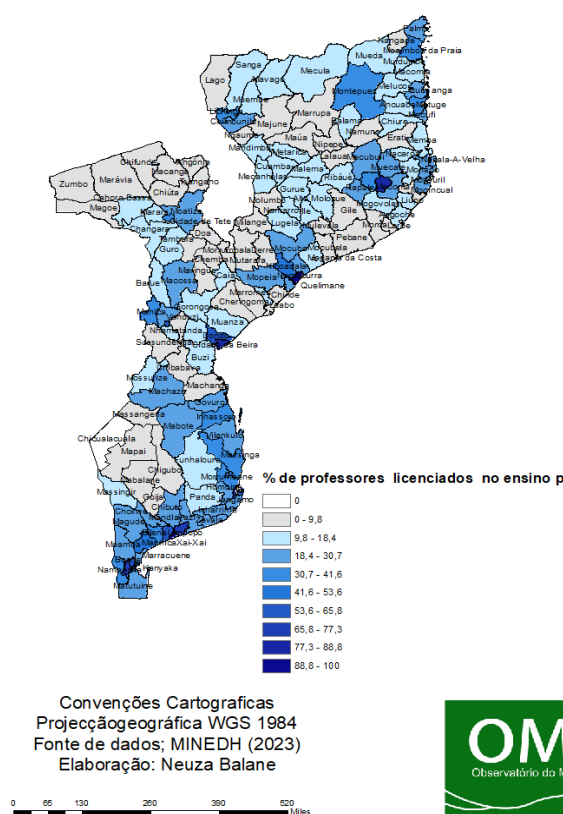
Na observação no terreno confirmou-se a existência de turmas altamente densificadas na primeira classe e, no geral, elevadas taxas de desistência até à 6ª classe. A título de exemplo, em todas as escolas em Chiúre, o tamanho das turmas na primeira classe foi sempre o mais elevado (chegando a atingir 167 alunos/turma), inclusivamente em escolas onde não existiam centros de deslocados nas proximidades. Esse número é decrescente nas classes seguintes. Em Chiúre e Vilanculos, todas as turmas da 6ª classe envolvidas no presente estudo não tinham sequer de 20 alunos. De acordo com os dados recolhidos junto de Direcções Distritais da Educação, para evitar cortes no Apoio Directo às Escolas (ADE), que tem relação directa com o número de alunos, os professores tendem a comunicar apenas as taxas de desistência no final de cada ano lectivo.

Ao longo da pesquisa de terreno, os professores explicaram as elevadas taxas de desistência pelas longas distâncias entre as residências e as escolas, pelo envolvimento dos estudantes em actividades agrícolas e de comércio, e casamentos prematuros. A elevada densificação escolar, e consequente rácio de alunos por professor, não facilita o atendimento individualizado aos alunos e sua motivação. Esta realidade contrasta com a escola de ensino privado, onde o tamanho das turmas ronda entre 25 e 30 alunos, representando cerca de metade da média nacional (53).

A desmotivação e desleixo dos professores foi também evidente. Em 8 das 23 escolas constatarem-se faltas de professores, sendo que em dois casos se presenciaram professores claramente embriagados. Durante a observação foi possível constatar que os níveis de absentismo tendem a agravar-se após o pagamento de salários, em semanas onde se registam feriados ou durante o período de eleições, que perturbam fortemente o ensino.

Em relação à qualificação do corpo docente, o mapa 5 permite constatar que a percentagem de professores licenciados é claramente superior nos grandes centros urbanos, nomeadamente nas cidades de Maputo (34%), Beira (40%) e Quelimane (48%). Em segundo lugar, destaca-se o litoral Sul, onde a proporção de professores licenciados chega a estar acima de 30% - por exemplo, na cidade de Inhambane (30%) e no distrito de Chonguene (32%). Inversamente, no interior de Gaza, Norte de Tete e Litoral da Zambézia a percentagem de professores licenciados é a mais baixa no país, atingindo 0% em Chicualacuala e Macanga, e 1% nos distritos Pebane, Mocubela e Mulevala. Estes dados contrastam com as qualificações dos professores da escola privada analisada, onde a maioria (92,8%) tem o nível de licenciatura.

Mapa 5: Percentagem de professores licenciados no ensino primário público, por distrito



Fonte: MINEDH (2023)

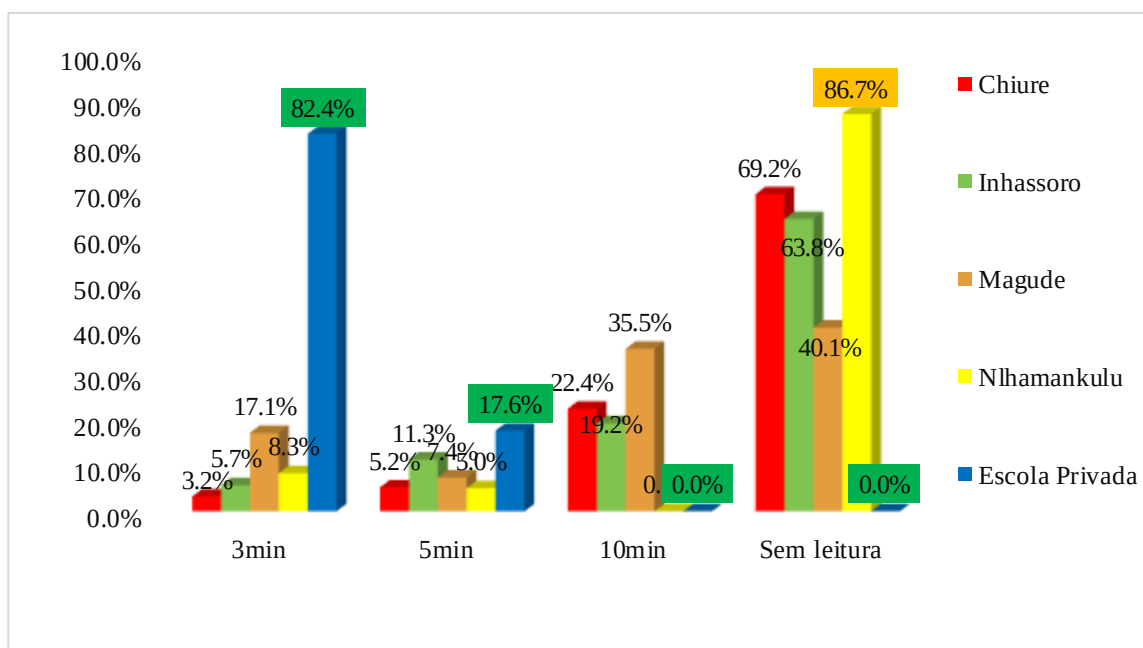
5. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

a) Competências dos estudantes da 6ª classe

Na análise da proficiência linguística, os alunos foram desafiados a ler um texto inserido no manual da 5ª classe da disciplina de português do programa de Angola (2018). O gráfico 1 mostra que a maioria dos estudantes do ensino público da 6ª classe não concluiu a leitura de um texto de 7 parágrafos em pelo menos 10 minutos, sendo que a quase totalidade nem foi capaz de iniciar a leitura.

As maiores dificuldades foram detectadas entre os alunos da escola pública de Nlhamankulu na Cidade de Maputo e em Chiúre na província de Cabo Delgado, onde 86,7% e 69,2% dos alunos, respectivamente, não conseguiram fazer o exercício de leitura. Nas escolas do distrito de Chiúre nenhum aluno da 6ª classe demonstrou capacidade de verbalização na língua portuguesa. O mau desempenho verificado na generalidade dos estudantes no ensino público contrasta, claramente, com o bom desempenho dos estudantes no ensino privado na capital do país, onde todos conseguiram ler o texto no tempo estipulado, a maioria dos quais (82,4%) em menos de três minutos. Na interação com estes estudantes percebeu-se que apresentam uma boa capacidade de argumentação em língua portuguesa e escrevem de forma fluente.

Gráfico 1: Tempo gasto na leitura de um texto de 7 parágrafos

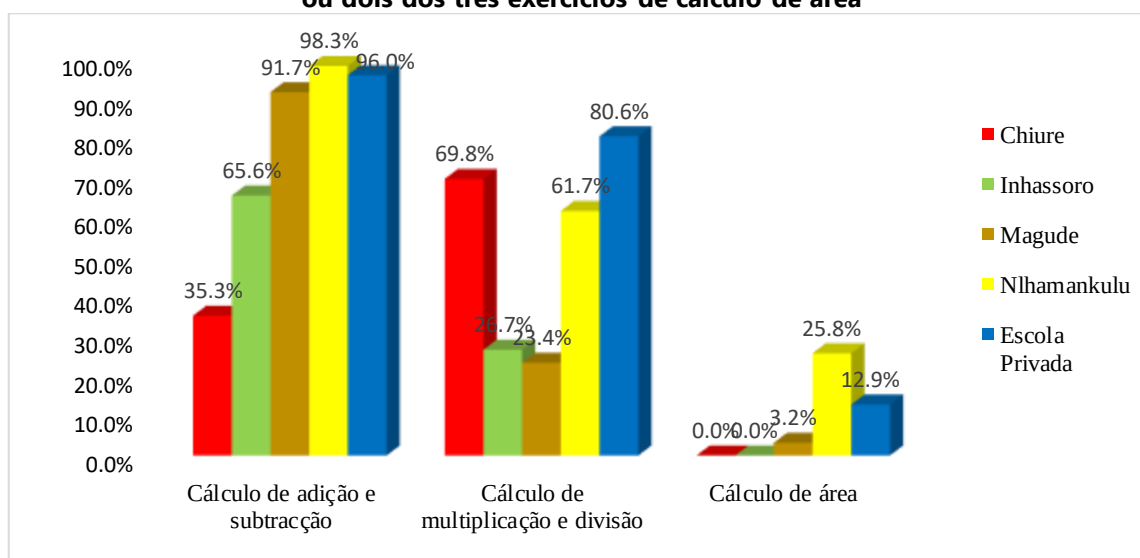


Fonte: Teste de proficiência linguística baseado nos critérios de avaliação do EGRA

Na correcção dos exercícios aritméticos, considerou-se um aluno como capacitado para realização de um determinado cálculo, aquele que acertasse em, pelo menos, três dos cinco exercícios apresentados; e, no cálculo de área, considerou-se apto, o aluno que acertasse dois dos três exercícios.

Da análise das competências de cálculo constatou-se que o desempenho tende a ser mais satisfatório ao nível das tarefas de adição e de subtracção, diminuindo nas tarefas de multiplicação e divisão. O desempenho foi pior no cálculo de áreas, onde a maioria dos estudantes não foi capaz de calcular, incluindo os estudantes do ensino privado.

Gráfico 2: Percentagem de estudantes que realizaram correctamente pelo menos 3 de 5 exercícios de adição/subtracção; multiplicação/divisão; ou dois dos três exercícios de cálculo de área



Fonte: Teste de cálculo aritmético baseado nos exames nacionais da 5ª classe.

Contrariamente ao que se registou na proficiência linguística, no cálculo aritmético constatou-se um menor contraste entre estudantes do ensino público e privado, ainda que estes últimos continuem a apresentar resultados mais elevados. No cálculo de área, o desempenho dos estudantes do ensino privado foi claramente insatisfatório, em que apenas 12,9% responderam correctamente a dois dos três exercícios apresentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante o orçamento para a Educação nos últimos 10 anos representar uma média de 17,6% do Orçamento Geral do Estado, o aumento da população estudantil aumentou a pressão sobre o ensino primário, não sendo o Estado capaz de contratar recursos humanos que reduzam o rácio de alunos por professor.

Os dados são reveladores de uma má qualidade do ensino primário público, marcado pelo défice ou precariedade de instalações, mobiliário e apetrechamento, frequentemente dependentes do voluntarismo de populações locais ou de doações de organizações não-governamentais. Paradoxalmente, o défice de carteiras escolares é particularmente mais incidente nas províncias com maiores recursos florestais, e/ou onde se verificam grandes projectos de exploração de recursos minerais, nomeadamente na Zambézia, Tete, Nampula ou Cabo Delgado.

Por outro lado, constataram-se elevados rácios de alunos por professor, reflectindo as elevadas taxas de fecundidade no país, mas também a densidade populacional urbana, sobretudo no

Centro e Norte do país. A observação permitiu constatar uma negligência generalizada dos profissionais da educação, onde não faltam fenómenos de absentismo e atrasos escolares. O laxismo generalizado é alimentado pela falta de recursos para inspecção escolar, concentrada nas capitais provinciais e circunscrevendo a sua acção a um número muito reduzido de escolas, mais próximas de vilas-sede distritais. Nas Direcções Provinciais da Educação, os quadros lamentaram a falta de meios circulantes e de combustível. A incapacidade de fiscalização do ensino público contrasta com o excesso de zelo verificado na inspecção do ensino privado. Vários directores de escolas privadas abordaram a frequente solicitação de pagamentos extra por parte dos inspectores do MINEDH, que compensem os baixos salários da função pública.

Os dados revelam também uma grande disparidade de qualificações dos professores entre as zonas rurais e as zonas urbanas, sendo que a maior percentagem de professores com nível de licenciatura ocorre nas cidades.

O elevado número de alunos por turma impossibilita o acompanhamento individualizado de cada estudante, prejudicando claramente a aprendizagem. Os dados recolhidos confirmam os estudos internacionais, que revelam que a maioria dos estudantes da 6ª classe do ensino público apresenta graves dificuldades, não só, na escrita, leitura e verbalização na língua portuguesa, mas também, no cálculo de uma área, tendo apresentado resultados medianos no cálculo por multiplicação. Os resultados dos estudantes do ensino público, em geral, só foram positivos no cálculo por adição e subtracção. O panorama inverte-se na escola do ensino privado, sobretudo nas competências de leitura e verbalização, e cálculo aritmético, que se aliam às melhores condições das instalações de ensino e do corpo docente. Os melhores resultados dos alunos da 6ª classe do ensino privado traduzem, possivelmente, as competências informais e formais apreendidas no contexto doméstico, com mais poder de compra para matricular os descendentes em escolas capazes de oferecer serviços mais competentes.

Num cenário de aumento da diferenciação social e de precariedade do ensino público, floresce, nos principais centros urbanos, um mercado de ensino privado, direccionado às classes com maior poder de compra, maioritariamente compostas por altos funcionários do Estado, gestores e especialistas do sector público e privado, funcionários de Organizações Não-Governamentais, directores de empresas, entre outros. Apesar de constituírem as classes mais próximas dos centros de decisão, e tendo capacidade de influenciar políticas públicas de desenvolvimento do ensino público, estes sectores sociais dispõem de condições financeiras para matricular os mais novos em escolas com *standards* mínimos de qualidade, mantendo-se por isso confortáveis com a situação.

Ao preparar diferentemente as crianças moçambicanas para o mercado de trabalho, em função do capital económico familiar, o sistema de ensino tende a ser responsável pela reprodução de cidadanias desiguais, marginalizando grande parte da população rural do país, incluindo em zonas de penetração de grandes projectos económicos. Trata-se de um processo que reproduz assimetrias sócio-espaciais, constituindo fonte de instabilidade e um entrave ao difícil projecto de unidade nacional.

Neste cenário, apresentam-se as seguintes recomendações:

O país necessita de um pacote abrangente de reformas que abarquem o recrutamento para a profissão docente, formação inicial e contínua, avaliação de desempenho e de gestão escolar e das carreiras dos professores, o que pode incluir:

Investimento no processo de formação de professores, preparando os professores muito antes de entrarem em salas de aula, instituindo estágios e permitindo, não só, que os professores aprendam, mas também, que provem o seu valor. Importa alargar o período de formação de professores e ser criterioso na selecção dos melhores estudantes, com base na classificação nos estágios. Importa promover a formação contínua de professores, com recurso a metodologias activas, permitindo identificar professores com bom e mau desempenho;

Promoção de uma cultura de meritocracia, incluindo maior controlo do processo de recrutamento de professores, assente em critérios mínimos de qualidade, por exemplo, através da contratação do director da escola e do director pedagógico por concurso público (e não por nomeação com base em critérios políticos e clientelistas). Seria importante atrair os melhores alunos para a carreira docente com vista a melhorar o perfil dos professores em Moçambique, e instituir políticas de avaliação de desempenho e de progressão na carreira docente baseadas no mérito. O sistema educativo deve ser capaz de reter e promover os melhores professores e directores, e corrigir ou demitir aqueles que não melhoram o seu desempenho;

Reforço da inspecção escolar, apetrechando os serviços com pessoal técnico e meios de transporte, capazes de produção de relatórios avaliativos e correctivos, condicionando a progressão da carreira docente a resultados satisfatórios;

Introdução de lanche escolar, como forma de retenção das crianças nos primeiros níveis de ensino;

Implementação de medidas de retenção da rapariga na escola, de forma a promover o empoderamento das jovens meninas, reduzir a idade do primeiro filho e da fecundidade. As medidas podem incluir incentivos para a escolha da carreira docente das melhores alunas locais, como forma de constituírem modelos de referência para raparigas;

Apetrechamento das escolas com material pedagógico, incluindo materiais complementares de leitura e sala de aula e materiais de apoio para melhorar a alfabetização e numeramento das crianças (com 5 ou mais anos de idade).

Descentralização e atribuição de recursos para as escolas, de forma que consigam fazer face aos seus problemas específicos identificados pela comunidade escolar, incluindo manutenção e aquisição de materiais pedagógicos, e facilitar a aprendizagem, atenuando as disparidades regionais.

Aumento da motivação de professores, não apenas, através do salário, mas também, através da melhoria da formação, das condições de residência e condições de trabalho.

LISTA DOS ÚLTIMOS 20 TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL*			
Nº	Título	Autor(es)	Ano
144	Moçambique mais subdesenvolvido um revisitar teórico sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento	João Mosca	Maio de 2024
143	Configuração da estrutura económica de Moçambique Numa perspectiva de longa duração	João Mosca	Abril de 2024
142	Bases para a elaboração de um índice de dependência externa. Exemplo de Moçambique	João Mosca, Yara Nova e Rabia Aiuba	Março de 2024
141	Análise do projecto sustenta (2017-2019)	Nelson Capaina, Yara Nova e João Mosca	Fevereiro de 2024
140	Alguns determinantes da produtividade agrícola em Moçambique	Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Janeiro de 2024
139	Instrumentos de política agrícola e a produção agrícola em Moçambique	Rabia Aiuba	Agosto de 2023
138	"Antes de as mineradoras chegarem, produzíamos muito... agora, já não": impacto da mineração do carvão na produção agrícola das comunidades circunvizinhas às minas em Moatize	Mélica Chandamela	Julho de 2023
137	Após o ciclone idai, as inundações: narrativas e lições de um desastre (in)esperado e "excepcional"	Uacitissa Mandamule	Maio de 2023
136	Penetração de capital no meio rural, exclusão e expropriação: mecanismos de compensação em contexto de desigualdades pré-existent	Natacha Bruna	Abril de 2023
135	Reforma legal e o mercado de terras em Moçambique	Nelson Capaina	Março de 2023
134	Deslocações forçadas e aumento da pressão sobre o qarimpo em Namanhumbir	Jerry Maquenzi e João Feijó	Fevereiro de 2023
133	Os espaços de participação e de exercício da cidadania, na voz de líderes associativos da província de Cabo Delgado	João Feijó	Janeiro de 2023
132	Desafios e oportunidades na produção orizícola no baixo Zambeze: O caso da província da Zambézia	Nelson Capaina	Novembro de 2022
131	Acesso e alocação de terras para além dos grandes investimentos: O papel das elites políticas e económicas em Boane	Josefina Tamele	Outubro de 2022
130	Produção Agrícola e Empoderamento de Mulheres em Contextos Rurais: análise do projecto AgriMulheres em três povoados da província de Nampula (2018- 2021)	Neuza Balane e João Feijó	Setembro de 2022
129	Modelos de desenvolvimento agrário em Moçambique	Yara Nova e Rui Rosário	Setembro de 2022
128	Variações do extractivismo em Moçambique: um mundo inteligente ao clima e a emergência do extractivismo verde	Natacha Bruna	Agosto de 2022
127	Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no Norte de Moçambique ao longo do ano de 2021	João Feijó, Jerry Maquenzi, Daniela Salite e Joshua Kirshner	Agosto de 2022
126	Dinâmicas de inovação tecnológica dos pequenos produtores agrícolas em Moçambique - o caso da produção de soja no Gurué, Alta Zambézia	Rui Rosário, Yara Nova e Naldo Horta	Julho de 2022
125	Terra da abundância, terra da miséria. Usurpação sinérgica de recursos em Massingir	Natacha Bruna	Junho de 2022

*Para acessar aos restantes textos da série Observador Rural, visite a nossa página web
pelo link: <https://omrmz.org/observador-rural/>



O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org